

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____^a
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.**

AÇÃO DE COBRANÇA DE
INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT

JOÃO PEDRO DA SILVA FERREIRA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG nº 20086371406 SSP/CE e do CPF nº 620.179.203-12, residente e domiciliado na Rua Engenheiro José Walter, nº 632, Bairro São José, na cidade de Juazeiro do Norte/CE, CEP 63024-520, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio dos seus advogados infra-assinados (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº.74, 15º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP - 20031 - 205, pelo que declara e passa a expor:

1 - PRELIMINARMENTE

1.1 - NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas aos **Drs. Edson Almino Felix Filho, OAB/CE 34.540** e **Emília Feitosa Batista, OAB/CE 35.746** sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC).

1.2 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:

A Gratuidade da Justiça é concedida para aqueles que não possuem recursos suficientes para custear as despesas processuais sem que reste prejudicado o seu próprio sustento ou de sua família. Nesse sentido, vejamos o que dispõe o novo Código de Processo Civil:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

Nesse diapasão, a parte Requerente faz *jus* a concessão dos benefícios da Gratuidade da Justiça, pois a escarces de seus recursos o impossibilita suportar as custas judiciais sem pôr em risco sua subsistência e de sua família.

2 - DA SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA:

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 06 de abril de 2019 (conforme informações constantes do B.O em anexo), tendo lesões gravíssimas como resultado do incidente mencionado. Vejamos:

1. Fratura no membro inferior direito.

As lesões provenientes do acidente resultaram em sequelas definitivas que impedem o desempenho normal de suas atividades quotidianas, amargando, o Autor, dissabor pelo resto de sua vida.

Nesse sentido, o laudo médico aponta que o acidente ocasionou fratura nos 2º, 3º, 4º e 5º metatarsos direitos.

Ademais, para além das fraturas e lesões e suas respectivas gravidades, o Autor foi submetido a procedimento ambulatorial, cirúrgico e medicamentoso, sem olvidar no longo período de recuperação hospitalar e dentro de casa.

Conforme documentação médica, as lesões apresentadas tem caráter de invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa.

Em virtude disto recebeu, de forma administrativa, o valor de R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete

reais e cinquenta centavos), na data de 09 de setembro de 2019, conforme se pode comprovar dos documentos acostados à Inicial.

Em razão da diferença entre o que é devido, conforme art. 3º da Lei 6194/74, e o que foi pago de modo administrativo, nota-se, de forma clara como a luz do sol, a necessidade de pagamento da diferença securitária, não só como uma medida de justiça, mas de proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o dano sofrido pelo Autor.

Conforme se percebe da tabela anexa, as lesões sofridas pelo Autor, provenientes do acidente de trânsito, permitem a indenização de **até R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).**

Sendo o Requerente vítima de acidente de veículo automotor, atrai, conseqüentemente, a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, II e §1º, que dispõem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

Portanto, o Requerente possui direito à receber a diferença entre o valor pago administrativamente (R\$ 1.687,50 - hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e o valor que deveria ter sido efetuado em razão do evento danoso (até R\$ 6.750,00 - seis mil setecentos e cinquenta reais), totalizando uma diferença à título indenizatório/reparatório de **R\$ 5.062,50 (cinco mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

Vale a pena ressaltar que a existência do acidente, independentemente da culpa (art. 5º da Lei 6194/74), e **comprovação do nexo de causalidade entre o fato e o dano sofrido pelo Autor são circunstâncias suficiente para a viabilidade do direito à indenização securitária pleiteada,** se manifestando assim a jurisprudência pátria. Cito:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod.
96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz:
PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg:
27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO
SEGURO. LEI N. 8441/92.
INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei
n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da
Constituição da Republica nem contraria a
essência do contrato de seguro, previsto
no art. 1432 do Código Civil, nos casos em
que o seguro não se acha realizado ou
vencido, pois a constituição obrigatória
do consórcio de seguradoras foi criado
justamente para cobrir a indenização por
pessoas acidentadas, independente do
pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade
rejeitada. **A indenização por morte em
acidente de transito e devida, mediante
simples prova do acidente, ainda que não
recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora
acionada reaver do consórcio o que tiver**

satisfeito em face da aplicação do art. 7º da Lei n. 8441/92. (Grifo nosso).

Cumprе esclarecer, por derradeiro, que **NÃO É** necessário ao Autor/Vítima manter contrato com seguradora privada, arcando com os custos previsto na tabela disposta no art. 3º da Lei 6194/74 a Seguradora Ré.

Assim sendo, buscando o pagamento integral do quanto devido pela Requerida, ingressa com a presente ação pleiteando a diferença securitária com base na Lei nº. 6.194/74.

3 - A PERÍCIA TÉCNICA COMO UMA NECESSIDADE À SOLUÇÃO DA PRESENTE LIDE:

É importante ter em mente que com a entrada, no dia 18 de Março de 2016, do Código de Processo Civil, houve a exclusão completa do rito sumário (arts. 274 e ss do CPC/73), não havendo mais o procedimento usual das demandas de Indenização/Cobrança de Seguro DPVAT.

Inobstante a extinção do procedimento sumário, se faz indispensável à solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT a perícia judicial, haja vista a necessidade do laudo do expert para que seja possível delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.

Portanto, requer, e reafirmará tal intuito abaixo, a **não realização da audiência de conciliação e a designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação**, tudo conforme expressão disposição dos arts. 464, *caput* e 465, *caput*, ambos do CPC.

4 - DA DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA:

A audiência de conciliação prévia, como busca da auto composição dos litígios que envolvam direitos disponíveis, é um traço marcante no atual Código de Processo Civil.

Como preconiza a Lei Adjetiva, especificamente na parte que dispõe sobre as normas fundamentais, a conciliação e a mediação deverão ser estimulados por todos aqueles que atuem de forma proativa no Poder Judiciário (e até extrajudicialmente), senão vejamos:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

[...]

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Assim sendo, é notório que os direitos aqui expostos são totalmente disponíveis para ambas as Partes, uma vez que trata-se de cobrança pecuniária de diferença quanto ao recebimento do seguro DPVAT.

Entretanto, a Parte Autora ajuíza a presente ação pois não concorda com os termos discutidos de forma extrajudicial (proposta de acordo pela Seguradora), **se mostrando completamente dispendioso para a rápida solução do litígio, uma vez que a auto composição se mostra inviável no caso concreto.**

5 - DOS PEDIDOS:

Destarte, ante o exposto, REQUER:

a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, *caput* e §1º, I e 105, *caput*, ambos do CPC);

b) A não realização da audiência conciliatória, com a consequente cientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.

c) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial (arts. 464 e 465 do CPC);

d) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor de **R\$ 5.062,50 (cinco mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;

e) A condenação da Requerida nas custas processuais (art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito econômico pretendido ou,

em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa (art. 85, *caput* e §2º do CPC);

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

Dá-se a esta causa o valor de R\$ 5.062,50 (cinco mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nestes termos
Pede Deferimento

Juazeiro do Norte-CE, 03 de outubro de 2019.

Edson Almino Felix Filho
OAB/CE 34.540

Emília Feitosa Batista
OAB/CE 35.746

PROCURAÇÃO "AD-JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE: João Pedro da Silva Ferreira, Brasileiro, solteiro, autônomo,
RG 20086371406 SSP-CE, CPF 620.179.203-12, residente e domi-
niado na Rua Eug. José Walter, 632, São José, Juazeiro do Norte-CE,
CEP 63024-520.

OUTORGADOS: **DR. EDSON ALMINO FELIX FILHO**, advogado regularmente inscrito na OAB/CE sob o n. 34.540 e **DRA. EMÍLIA FEITOSA BATISTA**, advogada regularmente inscrita na OAB/CE sob o n. 35.746, ambos com Escritório sito à Rua Beata Maria de Araújo, n. 09, bairro Romeirão, em Juazeiro do Norte - CE, CEP: 63050-720, onde recebem intimações e notificações.

PODERES: os poderes das cláusulas "AD JUDICIA E EXTRA". Através do presente instrumento particular de mandato, o OUTORGANTE nomeia e constitui como seus procuradores os OUTORGADOS, concedendo-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido Art. 105 do Novo CPC, e os especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, podendo ainda fazer acordo, receber intimações, praticar todos os atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta e/ou congêneres, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente com outro profissional, substabelecer a outrem com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom e valioso.

Juazeiro do Norte Ceará, 26 de setembro de 2019.

João Pedro da Silva Ferreira

OUTORGANTE

EDSON ALMINO FELIX FILHO
Advogado OAB/CE 34.540
Cel.: (88) 9 9291.1613
E-mail: edson_almino@hotmail.com

EMÍLIA FEITOSA BATISTA
Advogada OAB/CE 35.746
Cel.: (88) 9.8846.1329/(88) 9.9802.5450
E-mail: emiliabatistaadv@gmail.com

1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICÍPIOS
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 SECRETARIA DE SEGURANÇA NACIONAL
 DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE DOCUMENTOS
 IDENTIFICAÇÃO

JOSÉ PEDRO DA SILVA FERREIRA

96

1497258355

04705163301

29/06/2021

16/09/2018

CEARA

1497258355

1-4-27

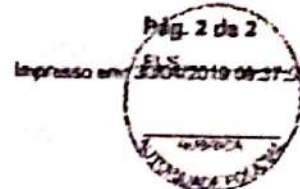
72814015446

CE162956722

CEARA

DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

Impresso nº 2019279064



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 5104 / 2019

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: ACIDENTE DE TRÂNSITO
Data / Hora da Comunicação: 30/04/2019 09:34:21
Data / Hora da Ocorrência: 06/04/2019 12:20:00
Endereço da Ocorrência: RUA ENGENHEIRO JOSE WALTER
Complemento:
Bairro: SÃO JOSÉ Município: JUAZEIRO DO NORTE/CE
Ponto de Referência:

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: JOAO PEDRO DA SILVA FERREIRA
Nascimento: 29/06/1998 CPF: 620.179.203-12
RG: 20086371406 Orgão Emissor: UF: CE
Filiação: MARIA JOSÉ DA SILVA FERREIRA
ELIAS FERREIRA
Endereço: RUA ENGENHEIRO JOSE WALTER, 632
Bairro: SÃO JOSÉ
Município: JUAZEIRO DO NORTE/CE CEP:
País: BRASIL Telefone: (88) 8812-8516

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: PIP7417 Uf: CE Município: JUAZEIRO DO NORTE Chassi: 9C2KD0810GR479274 Renavam: 1100223310 Tipo do Veículo: MOTOCICLETA Marca / Modelo: HONDA/NXR160 BROS ESDD Ano Fabricação: 2016 Ano Modelo: 2016 Combustível: GASOLINA/ALCOOL Cor: BRANCA Proprietário: JOAO PEDRO DA SILVA FERREIRA Situação: NÃO INFORMADO Envolvimento: ENVOLVIDO

Histórico

Advertida das penalidades previstas nos artigos 339 e 340 do CPB afirma a vítima que possui CNH (06705163301 DETRAN/CE) e que na data, hora e local informados, trafegava sozinho na moto acima cadastrada pela Rua Engenheiro Jose Walter, bairro São José, nesta cidade de Juazeiro do Norte/CE, quando derrapou em um banco de areia que havia na via e caiu do veículo. Que em razão da queda sofreu lesões; Que o ocorrido se deu na rua de sua casa, tendo populares chamado o pai da vítima, que o socorreu para o HRC em razão da lesões sofridas; QUE não havia ninguém em sua garupa; QUE está fazendo este boletim apenas para fins de seguro DPVAT, não representando, portanto, pela apuração em relação ao crime de lesão corporal culposa no trânsito (art. 303 do CTB). QUE foi perguntado se tem interesse em ser submetido ao exame na PEFOCE, porém a vítima dispensa a Guia de exame de corpo de delito; QUE foi orientado que se posteriormente precisar desse documento, pode procurar esta Delegacia para solicitá-lo. Fora cientificado (a) de que todas as informações prestadas neste registro são de responsabilidade do (a) declarante; ANEXA: CNH DO CONDUTOR, COMPROVANTE DE RESIDENCIA, CRLV DO VEICULO e FICHA DE ATENDIMENTO DO HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI. E nada mais disse!!!!!!!!!!!!



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 POLÍCIA CIVIL
 DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE



Impressa nº 2019279064

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 5104 / 2019

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

Foo. Finézio F. de Azevedo Segundo
 Escrivão de Polícia Civil
 Classe C Nível IV
 Mat. 300.126-1-5

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: Francisco Finézio

FRANCISCO FINEZIO FERREIRA DE AZEVEDO SEGUNDO - MAT.: 300126-1-5

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: Xosé Pedro da Silva Ferreira

VISTO DO DELEGADO(A):

JULIANO MARCULA DE ALMEIDA LIMA - MAT.: 300520-1-3

SINISTRO 3190498129 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** JOAO PEDRO DA SILVA FERREIRA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO** RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV

Seguradora S/A-Filial Fortaleza - CE

BENEFICIÁRIO JOAO PEDRO DA SILVA FERREIRA**CPF/CNPJ:** 62017920312**Posição em 12-09-2019 14:41:50**

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado.

Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
09/09/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

Dr. Jofrânio Bandeira F. de Caldas

fls. 15

Clínica Médica - Cirurgia Geral

- Especialização em Medicina da Família e Comunidade.
- Pós-Graduação (Residência Médica em Cirurgia Geral)

Relatório médico

O paciente João Pedro do
salvo Funeiro sofreu acidente
de moto que resultou em
fraturas do pé 2º, 3º, 4º e 5º me-
to tarsos) direito. Recebeu tra-
tamento cirúrgico (osteossíntese
do 2º, 3º, 4º e 5º metatarsos do
pé direito). A presente seguilo
motora (luxação de 50%
na mobilidade do pé direito).
Fiz fisioterapia = 20 sessões.
Recebeu alta definitiva no
dia 09 de Agosto de 2019.

09/08/2019

Dr. Jofrânio B. F. de Caldas
MÉDICO
CREMEC: 6795

Av. Ailton Gomes, 2478 - Pirajá - Juazeiro do Norte-CE - Px. ao Banco do Brasil
Anexo Laboratório Vidanalise

(88) 3571.1449 / 0800.0791441 / 9 8829.6724 / 9 9689.5332

Scanned by CamScanner



FICHA DE ATENDIMENTO

IDENTIFICAÇÃO PACIENTE/CADASTRO

Nome: JOAO PEDRO DA SILVA FERREIRA
Pront.: 26983 Data Nasc.: 29/06/1998 Idade: 20 ano(s) 9 mes(es) e 7 dia(s) Admissão: 06/04/2019 12:42
Mãe: MARIA JOSE DA SILVA FERREIRA
Sexo: Masculino RG: Município: JUAZEIRO DO NORTE
CEP 60000-000 Bairro: TRIANGULO Tel.: 88 98812-8516
Endereço: RUA ENGENHEIRO JOSE WALTER Num: 632

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Risco: LARANJA Classificador: CICERA CRISTINA DE MORAIS Horário: 06/04/2019 12:50
Queixa: PACIENTE SOFREU ACIDENTE NO TRANSITO COM LESÃO EXOSTA EM PE E TORNOZELO D
Fluxograma: PROBLEMAS EM EXTREMIDADES
Discriminador: DOR INTENSA
ato02: Glasgow: Temp.: Glicemia: Régua: 8 Pulso/FC:

ATENDIMENTO MÉDICO

Médico: RAIMUNDO HUGO MATIAS FURTADO CRM: 6 Nº: 479198 Horário 06/04/2019 12:51
Acidente: Sim Agressão: Não Peso: P.A.:
Eixo: PEQUENAS CIRURGIAS
Hipótese Diagnóstico: MOTOCICLISTA NAO ESPECIFICADO TRAUMATIZADO EM COLISAO COM OUTROS
VEICULOS E COM VEICULOS NAO ESPECIFICADOS, A MOTOR, EM UM ACIDENTE NAO-DE-TRANSITO
Comorbidades:
HDA/Exame Físico:
VITIMA DE ACIDENTE MOTOCICLÍSTICO, QUEDA DA MOTO SOBRE O PÉ D.
DOR EM PÉ D.
ESCORIAÇÕES, FERIMENTOS COM EXPOSIÇÃO DE TENDÃO
CD RX E AVALIAÇÃO DA ORTOPEDIA



EXAME

Nome	Data Solicitação	Urgente	Situação
RX PE D AP/OBLIQ (0204060150)	06/04/2019 12:53	Sim	Pendente
RX TORNOZELO D AP/P (0204060087)	06/04/2019 13:00	Sim	Pendente

PRESCRIÇÃO

Médico: RAIMUNDO HUGO MATIAS FURTADO CRM 20193 06/04/19 12:55

Prescrição	Horário:
DIETA ZERO - PRÉ-OPERATÓRIO	

RELATÓRIO MÉDICO

Paciente: JOAO PEDRO DA SILVA FERREIRA	Idade: 20 ano(s) 9	Prontuário: 26983
Endereço: RUA ENGENHEIRO JOSE WALTER	UF: CEARÁ	Sexo: Masculino
Bairro: TRIANGULO	Cidade: JUAZEIRO DO NORTE	
CEP: 60000-000	Num: 1	

Localização		
Clinica: TRAUMATO-	Enfermaria: 06	Leito: 421
Internação 06/04/2019	16:32	Alta: * Não Informado * * Não Informado

Relatório

Tipo de Saída: Alta

Cancelada

Não

Resumo Clínico

FRAT EXPOSTA DE PE D

Exames Realizados

RX

Terapêutica Utilizada

OSTEOSSINTESE COM FIOS KIRSCHNER

Diagnóstico

S929 - FRATURA DO PE NAO ESPECIFICADA

DIAGNÓSTICOS

Principal	Código	Descrição
Sim	S929	FRATURA DO PE NAO ESPECIFICADA

Condições de Alta

Melhorado

Data Programada da Alta: 10/04/2019

Observações Complementares

* Não Informado *

Responsável

Médico: FREDERICO MACHADO DE ALENCAR

Data: 10/04/2019

Agendamento		
Raio x	Dr. Klinger	
Data: 09/05/19	Data: 10/05/19	Data:
Hora: 09 hs	Hora: 09 hs	Hora:
Código	Código 98859	Código

Dr. Frederico Machado de Alencar
Ortopedia e Traumatologia
CRM 10370 / TEL 071 1928

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH
HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI - HRC
ORGANIZAÇÃO SOCIAL SAÚDE



Relatório de Cirurgia

Data de Conclusão: 06/04/19 18:36

Paciente: JOAO PEDRO DA SILVA FERREIRA
Prontuário: 26983
Clínica: CENTRO CIRURGICO
Cirurgião: SAMIR SAMAAH FILHO
1º Auxiliar:
Enfermeiro: VERONICA PEREIRA CHAVES MACEDO
Instrumentador:

Dt. Nascimento: 29/06/1998
Enfermaria: Sala Cirurgica
Leito: 04G
Anestesiologia: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA
2º Auxiliar:
Circulante:

Procedimentos Propostos	Principal
Código Descrição	S
0408060638 TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO METATARSO INTER-FALANGEANA	

Procedimentos Realizados	Principal
Código Descrição	S
0408060638 TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO METATARSO INTER-FALANGEANA	

Diagnóstico pré-operatório:
FRATURA EXPOSTA 2,3,4,5 METATARSO DIREITO

Relatório Imediato do Patologista:

Exame Radiológico: Contagem Compressas e Instrumental:

Acidentes e Incidentes:

Anestesia | Ocorrências Principais:

Relatar as Causas que Justifiquem a Longa Duração da Cirurgia:

Grau de Contaminação: Contaminada Tipo de Anestesia: Bloqueio

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

VIA DE ACESSO - TÉCNICA - TÁTICA - LIGADURAS - DRENAGEM - SUTURAS - MATERIAL EMPREGADO - ASPECTOS DAS VÍSCERAS

PACIENTE EM DDH, SOB ANESTESIA
ASSEPSIA E ANTI-SEPSIA
CAMPOS ESTERÉIS
REALIZADO ACESSO SOBRE DORSAL SOBRE METATARSO ENTRA OS ESPAÇOS 2 E 4 METATARSAL. GRANDE QUANTIDADE DE HEMATOMA
E EDEMA, AMPLIANDO ACESSO PARA FASCIOTOMIA.
LAVADO COM SFEM ABUNDANCIA
REALIZADO OSTEOSSINTISE DE 2,3,4,5 DE METATARSO DE PE DIREITO. CONFERINDO EM RADIOSCOPIA
LAVADO COM SFEM ABUNDANCIA
APROXIMAÇÃO DE BORDAS

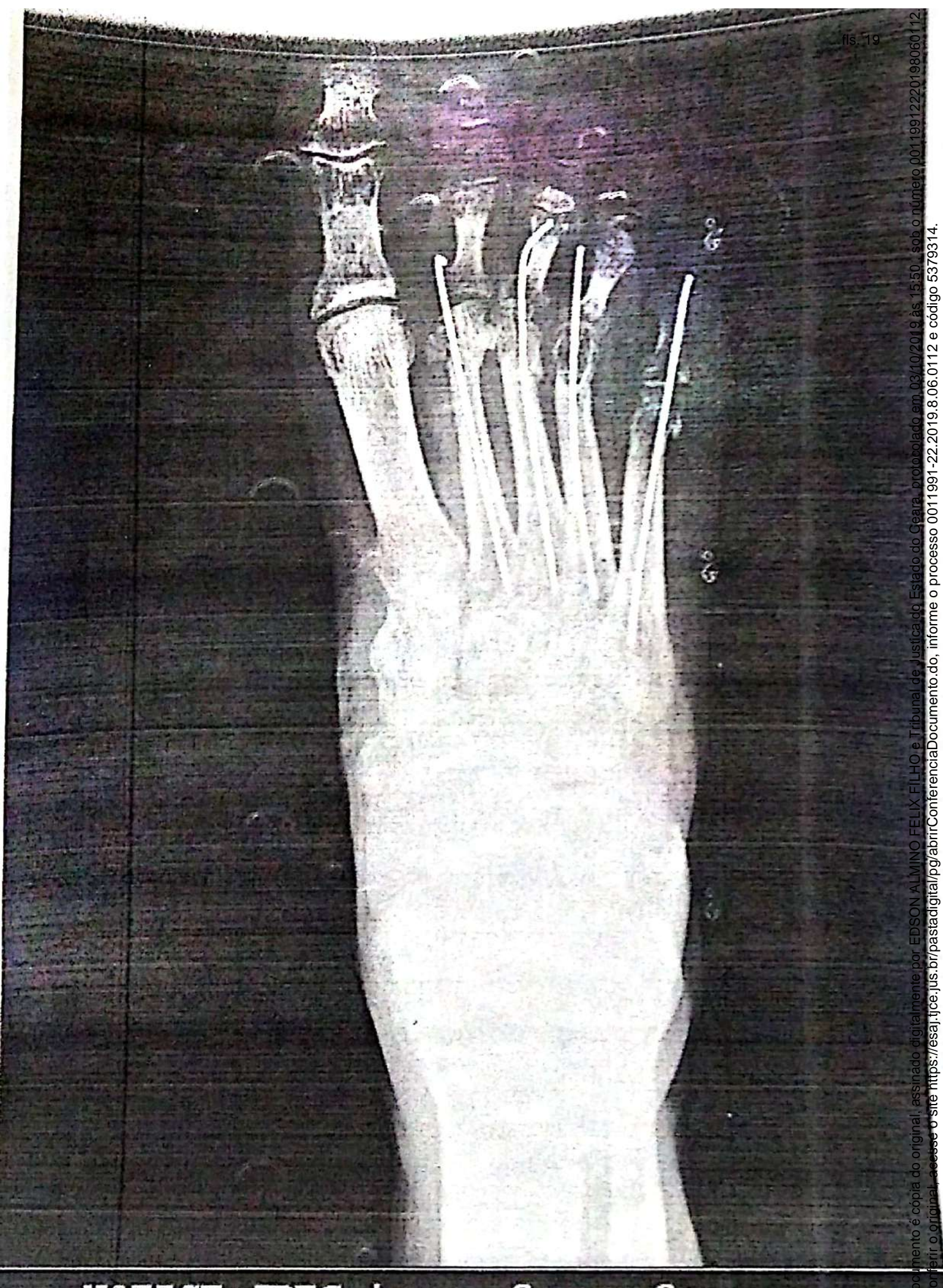
DR. PAULO MACEDO
TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA
CREMEC: 14.804



Assinatura Cirurgião | CREMEC

Rua Catulo da Paixão Cearense, S/N, Triângulo - CEP 63041-162 - Juazeiro do Norte - CE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDSON ALMINO FELIX FILHO e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 03/10/2019 às 15:50, sob o número 00119912220198060112. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0011991-22.2019.8.06.0112 e código 5379314.





**NOTICE: JPEG image for reference.
Not for diagnostic use.**



**NOTICE: JPEG image for reference.
Not for diagnostic use.**



**NOTICE: JPEG image for reference.
Not for diagnostic use.**



NOTICE: JPEG image for reference.

Not for diagnostic use.



NOTICE: JPEG image for reference.

DADOS DO CLIENTE

Nome: **ELIAS FERREIRA**

End. Leitura: **RJ ENG JOSE WALTER, 002, SRO JOSE**

Cidade: **AMATEIRA**

CEP: **60021-520**

Cidade:

CEP:

Local: **021**

Setor: **002**

Quadra: **0330**

Lote: **0312**

Comp: **0000**

Subsetor: **00**

Subquadra: **00**
ECONOMIAS

Residencial: **001**

Comercial: **000**

Industrial: **000**

Pública: **000**
INFORMAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO

Serviço	Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Volumen(m³)	Média Semestral(m³)
ÁGUA	R04L453286	2769	2781	12	12

DATAS

Leitura Atual: **13.08.2019**

Emissão: **13.08.2019**

Lacre Água:

Leitura Anterior: **13.07.2019**

Próxima Leitura: **13.09.2019**

Lacre Espoto:

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA REFERENTE A: 06/2019

Índice	Cloro	Turbidez	PH	Coliformes Totais	Escherichia Coli
Exigidas	111	111	022	111	111
Analisadas	143	113	113	113	113
Em conformidade	141	143	140	140	113

MENSAGENS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Agradecemos sua pontualidade. Água tratada e saúde.
RELATORIO DA QUALIDADE DA AGUA VEJA NO SITE CAGECE

DESCRIÇÃO DOS PAGOS

ÁGUA	37,94			
JUROS DE 0,033% AO DIA	0,28	AGO/18	14	0
MULTA DE 2%	0,67	SET/18	15	0
		OUT/18	16	0
		NOV/18	15	0
		DEZ/18	15	0
		JAN/19	11	0
		FEB/19	11	0
		MAR/19	13	0
		ABR/19	11	0
		MAI/19	13	0
		JUN/19	11	0
		JUL/19	11	0

TRIBUTOS SOBRE O FATURAMENTO

Descrição	Valor (R\$)
PIS	0,37
COFINS	1,85

SUBSIDIO

Descrição	Valor (R\$)
VALOR DO SERVIÇO	50,27
VALOR DO SUBSIDIO	11,38
VALOR TOTAL A PAGAR	38,89

MÊS/ANO

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR (R\$)

08/2019

04/09/2019

38,89

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
 Tel: 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
 R. Senador Dantas 74, 5º andar
 Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205



Seguradora Líder - DPVAT

ANEXO 1

TABELA – LIMITES MÁXIMOS PARA ACORDOS EM PEDIDOS POR INVALIDEZ PERMANENTE
 [Art. 3º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Processo nº: **0011991-22.2019.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **João Pedro da Silva Ferreira**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Vistos etc.

Preliminarmente, defiro o benefício da justiça gratuita à parte autora, eis que presentes os requisitos dos arts. 98 e 99 do CPC.

Em observância ao art. 334 do CPC, **determino a realização de audiência de conciliação, a ser conduzida pelo CEJUSC**, devendo a **Secretaria da Vara providenciar a marcação da audiência**, atentando-se que a audiência deve ser marcada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Intimem-se as partes da audiência de conciliação, com a advertência do art. 334, §§ 8º, 9º e 10 do CPC.

§ 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

§ 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.

§ 10. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

Cite-se o promovido, por carta com AR, para oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 335 do CPC, podendo o réu alegar na peça toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com o que impugna o pedido da autora, além de especificar as provas que pretende produzir (336, CPC), **sob pena de presumirem-se verdadeiras as alegações não impugnadas**, nos termos do art. 341 do CPC, advertindo, ainda, o réu de que a omissão na apresentação da contestação no prazo legal implicará sua **REVELIA** (art. 344 do CPC).

Considerando os preceitos legais consignados nos arts. 139, VI; 370 e 375, todos do CPC, e atento ao que ordinariamente ocorre nos processos que tratam de indenização de seguro DPVAT, nos quais o réu, costumeiramente, não transige sem que haja prova pericial, entendo a mesma como essencial para que seja solucionada a causa, motivo pelo qual, com amparo no princípio da isonomia processual, segundo o qual compete ao Juiz assegurar a paridade de tratamento e de condições entre as partes, atribuo o ônus da prova pericial a ser realizada à parte promovida, reconhecendo a impossibilidade de a parte autora arcar com o ônus da perícia, com fulcro no art. 381, II do CPC.

Portanto, no mesmo ato, fica a seguradora promovida intimada para, caso não haja acordo ou não reconheça a procedência do pedido na audiência, efetuar o depósito dos honorários no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) para a perícia no prazo de até 15 (quinze) dias após referida audiência, eis que de logo deferida a prova técnica, resguardado o direito ao ressarcimento em caso de improcedência da demanda, advertindo-se a ré da possibilidade de bloqueio judicial on-line para



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

pagamento da perícia no caso de descumprimento do depósito voluntário.

Em havendo contestação, com o depósito ou bloqueio prévio do valor dos honorários proceda-se o agendamento da perícia, intimando-se as partes da data, encaminhando-se ao perito os quesitos apresentados pelas partes, e os seguintes quesitos do juiz, mediante o formulário de praxe:

1) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

2) Descrever o quadro clínico atual informando qual região corporal encontra-se acometida e as disfunções que sejam evolutivas do primeiro atendimento médico hospitalar.

3) Há indicação de algum tratamento, incluindo medidas de reabilitação? Informar quais.

4) O quadro clínico cursa com disfunções apenas temporárias ou dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)?

5) Faz-se necessário exame complementar?

6) Segundo previsto na Lei 11.945/09, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(eis) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s), e ainda, segundo o previsto no instrumento legal, firmar sua graduação.

O perito será nomeado pelo juízo a posteriori, observando-se o disposto no art. 156 do CPC, conforme disponibilidade dos peritos cadastrados junto ao TJCE.

ADVERTO, outrossim, a parte autora de que o comparecimento ao referido ato processual (perícia) no dia e horário designados é obrigatório, vez que sua presença se torna indispensável à realização da Perícia Médica, e que a sua ausência injustificada acarretará a **EXTINÇÃO** do feito por não promover os atos e diligências que lhe incumbir, bem como por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, tudo em conformidade com o art. 485, incisos III e IV, do CPC/2015.

Com a juntada do laudo pericial, intemem-se as partes para manifestação, ocasião em que a parte ré poderá formular proposta de acordo por escrito.

Havendo proposta de acordo, intime-se a parte autora para manifestação, caso já não esteja firmado por ambas as partes.

Concluída a perícia, fica de logo autorizada a expedição de ALVARÁ JUDICIAL para pagamento do perito.

Exp. Nec.

Juazeiro do Norte/CE, 04 de outubro de 2019.

Renato Belo Vianna Velloso
Juiz de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0011991-22.2019.8.06.0112**
 Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **João Pedro da Silva Ferreira**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICO, para os devidos fins, que analisei o ato retro e e envie os autos para a fila de "Ag. Análise do Gabinete" para fins de remessa ao CEJUSC para designação de Audiência de Conciliação.

O referido é verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte/CE, 04 de novembro de 2019.

ANA MARIA GOMES DE MACEDO

Auxiliar Judiciário

Servidor SEJUD

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **<http://esaj.tjce.jus.br>**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionilia Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0011991-22.2019.8.06.0112**
 Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **João Pedro da Silva Ferreira**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

CERTIFICO que, nesta data, encaminhei os autos ao CEJUSC, para cumprimento da decisão de fls. 27/28.

Juazeiro do Norte/CE, 14 de janeiro de 2020.

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

CEJUSC - Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Jardim Gonzaga - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-5353, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeironorte.cejusc@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0011991-22.2019.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **João Pedro da Silva Ferreira**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Considerando o disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinários, designo **Audiência de Conciliação** para o **dia 30/MARÇO/2020, às 13:30 horas**, a se realizar no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte-**CEJUSC/JN**, na Sala de Audiências CEJUSC 1, no Fórum Local. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários.

Juazeiro do Norte/CE, 15 de janeiro de 2020.

Luiz Lodonio dos Santos Silva
Técnico Judiciário

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0011991-22.2019.8.06.0112**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **João Pedro da Silva Ferreira**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Cumram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partes à Audiência de **Conciliação** na data de **30/03/2020 às 13:30h** na sala da **Sala CEJUSC 1**, no Centro Judiciário CEJUSC.

Decisão: "Conciliação

Data: 30/03/2020 Hora 13:30

Local: Sala CEJUSC 1

Situação: Agendada no CEJUSC"

Juazeiro do Norte/CE, 03 de fevereiro de 2020.

Wilson Santos de Oliveira
Supervisor de Unid. Judiciária

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**;
 Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.brJuazeiro do Norte

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº: 0011991-22.2019.8.06.0112
 Apenso: Processos Apenso << Informação indisponível >>
 Classe: Procedimento Comum
 Assunto: Seguro
 Requerente: João Pedro da Silva Ferreira
 Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
 Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

Prezado(a) Senhor(a) **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Renato Belo Vianna Velloso**, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte da comarca Juazeiro do Norte/CE, conforme disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, cuja petição inicial e documentos poderá ser consultada no sistema processual e-SAJ por meio de senha de acesso aos autos digitais, sendo parte integrante desta carta, bem como **INTIMAÇÃO** para comparecer à **audiência de conciliação** marcada para o dia **30/03/2020 às 13:30h, na sala de audiências CEJUSC 1**, Centro Judiciário, no endereço acima indicado, Fórum Local, podendo a parte constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10), e advertindo-se que o prazo contestatório, de **15 dias**, contar-se-á conforme o artigo 335 do mesmo Código, tudo sob pena de revelia e de presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor no pedido inicial.

Adverta-se também que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, e que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

OBSERVAÇÃO:

- Expediente emitido conforme art. 3º, do provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça, de 10 de janeiro de 2019.

Juazeiro do Norte/CE, 03 de fevereiro de 2020.

Wilson Santos de Oliveira
Supervisor de Unidade Judiciária

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
 Rua da Assembleia, 100, 16º Andar, Centro
 Rio De Janeiro-RJ
 CEP 20011-904

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0030/2020, encaminhada para publicação.

Advogado
Edson Almino Felix Filho (OAB 34540/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0011991-22.2019.8.06.0112 Classe:Procedimento Comum Assunto:Seguro Requerente:João Pedro da Silva Ferreira Requerido:Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT Considerando o disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinários, designo Audiência de Conciliação para o dia 30/MARÇO/2020, às 13:30 horas, a se realizar no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte-CEJUSC/JN, na Sala de Audiências CEJUSC 1, no Fórum Local. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários. Juazeiro do Norte/CE, 15 de janeiro de 2020. Luiz Lodonio dos Santos Silva Técnico Judiciário Assinado por Certificação Digital"

Do que dou fé.
Juazeiro do Norte, 7 de fevereiro de 2020.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0030/2020, foi disponibilizado na página 724-738 do Diário da Justiça Eletrônico em 08/02/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado
Edson Almino Felix Filho (OAB 34540/CE)

Teor do ato: "ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0011991-22.2019.8.06.0112 Classe:Procedimento Comum Assunto:Seguro Requerente:João Pedro da Silva Ferreira Requerido:Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT Considerando o disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinários, designo Audiência de Conciliação para o dia 30/MARÇO/2020, às 13:30 horas, a se realizar no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte-CEJUSC/JN, na Sala de Audiências CEJUSC 1, no Fórum Local. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários. Juazeiro do Norte/CE, 15 de janeiro de 2020. Luiz Lodonio dos Santos Silva Técnico Judiciário Assinado por Certificação Digital"

Do que dou fé.
Juazeiro do Norte, 14 de fevereiro de 2020.

Diretor(a) de Secretaria